

Marcelo Camargo/Agência Brasil

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/ Agência Brasil



Salles não pretende recuar dos ataques a Valdemar

Salles: “Valdemar usa PL para engravidar Centrão”

O deputado Ricardo Salles (Novo-SP) não está nem um pouco disposto a recuar do que disse a respeito do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Muito pelo contrário, a julgar pelo que ele declarou com exclusividade ao Correio Político. “Valdemar usa o PL para engravidar o Centrão”, acusou Ricardo Salles. “Essas coisas precisam acabar”, ataca. Na avaliação do deputado, que se elegeu para o PL e depois migrou para o Novo, não haveria sinceridade no posicionamento de direita de Valdemar e de outros políticos da ala mais ligada a ele no partido. “Em 2022, foi claramente a direita quem elegeu os principais deputados, e essa turma entrou no vácuo. É o que eu chamo de fazer filho na barriga dos outros”, disse.

Nem um pouco preocupado

Valdemar declarou que irá processar Ricardo Salles. “É um direito dele, mas não estou nem um pouco preocupado”, respondeu Salles. “Basta eu mostrar as diversas reportagens da época”. O que afirmou Ricardo Salles que irritou Valdemar? Que o PL desviou dinheiro público nos tempos em que teve o comando do Ministério dos Transportes nos outros governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Marcello Casal JrAgência Brasil



Para Ricardo Salles, Valdemar é “Centrão”

Fez parte da “faxina” de Dilma

E, de fato, houve denúncias à época contra o ex-ministros Anderson Adauto e Alfredo Nascimento. Em 2011, Dilma chegou a demitir Alfredo Nascimento do ministério dentro daquelas ações que à época foram chamadas de “faxina”. Foi um dos primeiros a cair nesse processo. Mais tarde, Nascimento afirmou ter sido inocentado das acusações. Mas há quem atribua a esse processo de “limpeza ética” feito por Dilma o movimento mais tarde do Centrão para aprovar o seu processo de impeachment, quando presidia a Câmara o deputado Eduardo Cunha.

“Centrão é o que sempre faz negócio”

Salles fulmina o Centrão. “É o cara que sempre faz negócio”. Para o deputado, o nome que o PL defende para o Senado em São Paulo, o deputado estadual André do Prado (PL), seria “o estereótipo do Centrão”. Na visão de Salles, um nome ligado a Valdemar sem esse perfil exatamente de direita e com o perfil negociista que definiria o Centrão.

POR
RUDOLFO LAGO

Eduardo

Então, Salles afirma se decepcionar com a defesa que Eduardo Bolsonaro faz da candidatura de André do Prado, de quem quer ser o suplente de senador. “Para minha surpresa, ele defende”, afirmou Salles. “Um tipo de incoerência que a gente assiste e que só nos prejudica”, completou.

Captura

Ricardo Salles, então, torce pela briga? “Claro que não é bom esse tipo de briga”, admite ele. “Mas em algum tempo, nós teremos que discutir essa captura do PL pelo Centrão”. Para Salles, é isso o que representaria o comando de Valdemar. Alguém que viu o crescimento conservador do país e pegou carona.

Votos

Segundo o deputado, haveria deputados do PL dessa turma a que ele classifica de “Centrão”, que votam com o governo Lula em mais de 60% dos casos. “Então, o que adianta fazer alianças para eleger parlamentares que agem dessa maneira?”, questiona Salles. “Que tipo de oposição é essa?”, questiona.

Flávio

Para Ricardo Salles, é natural que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na sua construção de candidatura à Presidência da República, procure ampliar ao máximo suas alianças, buscando os votos dos partidos do Centrão. Mas, na sua visão, essa não deveria ser a estratégia para a formação das chapas para o Parlamento, que deveriam ter mais solidez.

Direita

Salles avalia que o eleitor compreende que um presidente, o governo federal, precisa ampliar suas alianças para ter governabilidade. Mas não tem como compreender que alguém que ele eleja com a expectativa de um comportamento de direita no Congresso aja de outra maneira.

Briga

Ricardo Salles deseja ser ele o candidato da direita na chapa pela reeleição de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo para o Senado. E o PL e Eduardo Bolsonaro querem André do Prado. Há, portanto, uma disputa política. Que Salles, porém, pontua ao Correio Político que é também ideológica.



Lula informou que recriará Ministério da Segurança

Programa contra o crime não resolve

Para especialistas, ações ajudam, mas problema é mais profundo

Por Gabriela Gallo

O novo programa “Brasil contra o Crime Organizado”, lançado pelo governo federal para desarticular as estruturas de facções no país, ajuda no combate a organizações criminosas, mas não resolve o problema. A análise é do professor de direito penal do Ibmecc Tédney Moreira. Em entrevista ao Correio da Manhã, o advogado destacou que o crime organizado “se tornou um fenômeno estrutural no país”.

“Em muitas regiões, as facções ocupam espaços deixados pelo próprio Estado: controlam territórios, oferecem proteção, impõem regras econômicas, interferem no transporte, no comércio informal e até na resolução de conflitos locais. O combate puramente repressivo tende a reduzir momentaneamente a capacidade operacional dessas organizações, mas não necessariamente elimina as condições que permitem sua expansão”, explicou Tédney.

A reportagem ainda conversou com o advogado criminalista Anderson Pinheiro da Costa. Ele avaliou que o programa “pode produzir resultados pontuais relevantes”, como “aumento de apreensão patrimonial, bloqueio de contas, integração de inteligência, endurecimento prisional, maior rastreabilidade financeira e ampliação de operações interestaduais”. Todavia, ele reiterou que, apesar de parcialmente efi-

ciente, a medida não resolverá completamente o problema.

“O crime organizado no Brasil deixou de ser apenas ‘criminalidade armada’. Hoje ele funciona como estrutura econômica, poder paralelo territorial, sistema informal de crédito, rede logística, influência política, domínio social em comunidades vulneráveis. Ou seja: facções já exercem funções típicas de Estado em muitas regiões”, reiterou Costa ao Correio da Manhã.

O programa, lançado nesta terça-feira (12) no Palácio do Planalto, mira nas estruturas econômicas, organizacionais e territoriais que movimentam o crime organizado. Serão investidos R\$ 11 bilhões no programa, em uma estruturada dividida em quatro eixos de ações: Asfixia financeira do crime organizado; Promoção do padrão de segurança máxima no sistema prisional; Ampliação das taxas de esclarecimento de homicídios; e Enfrentamento ao tráfico de armas, munições e explosivos.

Além do programa contra o crime organizado, o presidente Lula disse que separará o Ministério da Justiça e Segurança Pública em dois ministérios diferentes após o Senado Federal aprovar a aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, conhecida como PEC da Segurança Pública. A medida já foi aprovada na Câmara dos Deputados.